



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO ADITIVO N. 062/2017

Termo Aditivo ao Contrato n. 071/2014, cujo objeto é a prestação de suporte técnico, com eventual substituição de peças, para solução de *Storage*, composta por dispositivos de armazenamento de dados, *switches* SAN e *software* de gerenciamento, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 354 do Pregão n. 101/2014, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Seprol Comércio e Consultoria em Informática Ltda., em conformidade com a Lei n. 8.666/1993.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, a empresa SEPROL COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA., estabelecida na Rua Leopoldo Freiberger, n. 275, Centro, Biguaçu/SC, CEP 88160-000, telefone (48) 3271-7149 / 3271-7100, e-mail licitacoes@seprol.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 76.366.285/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Operacional, Senhor Andrei Garcia, inscrito no CPF sob o n. 712.115.009-34, residente e domiciliado São José/SC, têm entre si ajustado o seguinte TERMO ADITIVO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1. O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Contrato n. 071/2014 fica prorrogado até 30/09/2018.

1.2. A vigência ora estabelecida poderá ser prorrogada, no interesse da Administração, por meio de termos aditivos, até o limite de 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1. A subcláusula 5.4 da Cláusula Quinta do Contrato n. 071/2014 passa a ter a seguinte redação:

"[...]"

5.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESA efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESA os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

[...]”

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam inalteradas as demais disposições do Contrato n. 071/2014.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Termo Aditivo pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 1º de junho de 2017.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

ANDREI GARCIA
DIRETOR OPERACIONAL

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ERON DOMINGUES
COORDENADOR DE SUPORTE E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA